

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

REBECCA STEPHANE FERREIRA DE LIMA

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DOS
CLUBES DE FUTEBOL PARTICIPANTES DOS CAMPEONATOS
BRASILEIROS DAS SÉRIES “A” e “B”**

MACEIÓ

2020

REBECCA STEPHANE FERREIRA DE LIMA

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DOS
CLUBES DE FUTEBOL PARTICIPANTES DOS CAMPEONATOS
BRASILEIROS DAS SÉRIES “A” e “B”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Valdemir da Silva

MACEIÓ

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB4-1251

G732t Lima, Rebecca Stephane Ferreira de.
Transparência das informações contábeis dos clubes de futebol
participantes dos campeonatos Brasileiros das séries “A” e “B”/ Rebecca
Stephane Ferreira de Lima– 2020.
41 f. : il.

Orientador: Valdemir da Silva .
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências
Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 38-41.

1. Clubes de futebol - Brasil. 2. Informações contábeis. 3. Transparência.
I. Título.

CDU: 657

REBECCA STEPHANE FERREIRA DE LIMA

**TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DOS
CLUBES DE FUTEBOL PARTICIPANTES DOS CAMPEONATOS
BRASILEIROS DAS SÉRIES “A” e “B”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas como um dos
requisitos para obtenção do título de bacharel em
Ciências Contábeis.

Aprovada em: __ / __ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Valdemir da Silva
Orientador

Prof Me Paulo Sérgio Cavalcante
Membro examinador

Prof Dr. Carlos Everaldo da Silva Costa
Membro examinador

DEDICATÓRIAS

À Deus, por ser meu pai, minha força, meu
guia e meu socorro nas horas de angústia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelas conquistas até o momento, e por tudo que superei na minha vida. És tu que me estende as mãos nos momentos mais difíceis, me fortalecendo e me tornando capaz de enfrentar todas as barreiras.

A minha avó Marluce, minha tia Jadna, meus irmãos Lucas e Agatha, que sempre me apoiaram nos meus estudos, e foram imprescindíveis para minha formação. Também agradeço a minha mãe Jussara, por me fornecer condições para concluir a graduação.

Ao meu orientador Prof. Valdemir da Silva, que me acolheu, me fez crescer nos aspectos pessoal e profissional. A ti professor, que foi de suma importância na minha formação profissional, meus sinceros agradecimentos, por todo conhecimento transmitido, paciência, força, conselhos, comprometimento e os constantes incentivos durante a graduação.

Ao meu noivo Edilson, por todos os conselhos, apoio e por sua compreensão nos momentos difíceis. Sou grata pelo seu amor e por sua companhia que foram essenciais para superar as dificuldades, ao seu lado, eu sou uma pessoa melhor.

As minhas amigas Amanda e Valéria, que foram anjos durante toda a graduação, sempre com palavras de apoio, me ajudando a perseverar em cada batalha travada e comemorando as vitórias conquistadas. Juntas sorrimos, aprendemos e choramos. Digo com toda certeza de que essa graduação não seria a mesma sem vocês minhas amigas, vocês são exemplos de mulheres guerreiras.

A Rosângela, minha melhor amiga, por todo seu incentivo e por cada conselho que você me deu. Fui abençoada por Deus pela sua amizade! Também agradeço a Alane, Karolayne, Mykaell e Adele por todas as palavras de apoio, pelas forças transmitidas e por estarem comigo nessa caminhada.

Ao meu supervisor Jean, por acreditar em mim, pelos incentivos, por seu esforço em transmitir seus conhecimentos, pela sua análise tão bem acurada sobre meus pontos fortes e fracos, a ti eu serei eternamente grata.

A todo o corpo docente do curso de Ciências Contábeis, pelo conhecimento transmitido e os incentivos durante a graduação. Em especial ao Prof. Paulo Sérgio Cavalcante e Prof. Carlos Everaldo da Silva Costa, por aceitar compor a banca do TCC.

RESUMO

O futebol no Brasil é uma paixão que movimenta bilhões de reais por ano – principalmente quando tratamos de futebol masculino – nas transações decorrentes de investimentos de grande porte, a necessidade de transparência por parte dos clubes de futebol. Diante disso, o presente trabalho objetivou investigar os níveis de transparência das informações contábeis dos clubes de futebol que participaram dos campeonatos brasileiros das séries A (primeira divisão) e “B” (segunda divisão) nos exercícios de 2015 a 2018. Para atingir este objetivo, desenvolveu-se um estudo exploratório e descritivo, com revisão de literatura e análise documental, bem como uma abordagem quantitativa, analisando as informações nos sites oficiais dos 38 clubes, observando-se os níveis de transparência, além de investigar correlações de *Pearson* quanto a transparência e variáveis por meio de estatística descritiva. Os resultados do estudo permitiram constatar que os times mais transparentes disputam a série A e que os clubes de futebol que possuem os piores níveis de divulgação são aqueles situados nas regiões norte e nordeste, e, sobretudo, clubes do interior dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio grande do Sul. Inclusive, verificou-se que há uma associação entre as receitas dos clubes e o nível de divulgação. Assim, na medida em que aumenta o ingresso de recursos nos cofres dos clubes de futebol, maior o nível de divulgação das informações contábeis.

Palavras-chave: Transparência. Clubes de Futebol. Evidenciação.

ABSTRACT

Football in Brazil is a passion that moves billions of reais a year - especially when it comes to men's football - in transactions resulting from large investments, the need for transparency on the part of football clubs. In light of this, the present study aimed to investigate the level of transparency of the accounting information of football clubs that participated in the Brazilian championships of series A (first division) and "B" (second division) in the years 2015 to 2018. To achieve this objective, an exploratory and descriptive study was developed, with literature review and document analysis, as well as a quantitative approach, analyzing the information on the official websites of the 38 clubs, observing the levels of transparency, in addition to investigating Pearson's correlations regarding transparency and variables through descriptive statistics. The results of the study showed that the most transparent teams compete in the A series and that the football clubs that have the worst levels of dissemination are those located in the north and northeast regions, and, above all, clubs in the interior of the states of São Paulo, Santa Catarina and Rio grande do Sul. In fact, it was found that there is an association between club revenues and the level of disclosure. Thus, as the inflow of funds into the coffers of football clubs increases, the level of disclosure of accounting information increases.

Keywords: Transparency. Football Clubs. Disclosure.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização e Problemática	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
1.4 Estrutura da Pesquisa	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 A Relevância do <i>Disclosure</i> de Informações dos Clubes de Futebol	15
2.2 Regulamentação Aplicável aos Clubes de Futebol Brasileiros	16
2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Específicas para os Clubes	19
2.4 Estudos Anteriores	20
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
3.1 Tipologia da Pesquisa	22
3.2 Universo da Pesquisa	23
3.3 Coleta e Tratamento dos Dados	23
3.4 Descrição das Variáveis	25
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	27
4.1 Nível de Transparência dos Clubes de Futebol	27
4.2 Desempenho dos itens do <i>checklist</i>	29
4.3 Análise Descritiva e Comparativa dos Níveis de Transparência dos Clubes das Séries A e B	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ETAPAS DA PESQUISA	22
FIGURA 2 - NÍVEIS DE PONTUAÇÃO DE CADA QUESITO INVESTIGADO.	25

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTUDOS ANTERIORES	20
QUADRO 2 - AMOSTRA FINAL DOS CLUBES PESQUISADOS	23
QUADRO 3 - <i>CHECKLIST</i> UTILIZADO NA PESQUISA.	24
QUADRO 4 - VARIÁVEIS EXPLICATIVAS.	26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - <i>RANKING</i> DO ITCF.	28
TABELA 2 - ANÁLISE DOS ITENS MENOS DIVULGADOS PELOS CLUBES DE FUTEBOL.	29
TABELA 3 - ANÁLISE DOS ITENS MAIS DIVULGADOS PELOS CLUBES DE FUTEBOL.	30
TABELA 4 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS INVESTIGADAS.	31
TABELA 5 - CORRELAÇÃO DE <i>PEARSON</i> .	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro

APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

ITG - Interpretação Técnica Geral

ITFC – Índice de Transparência dos Clubes de Futebol

ITA – Índice de Transparência de los Ayuntamientos

LG – Liquidez Geral

TIT – Tamanho do Intangível

TRC – Tamanho da Receita Total

RK – *Ranking* CBF

TL – Quantidade de Títulos da Libertadores

TB – Quantidade de Títulos do Campeonato Brasileiro

RA – Relatório da Auditoria

1 INTRODUÇÃO

Verifica-se, nesta sessão, os aspectos introdutórios da pesquisa referentes à contextualização do tema e ao problema de pesquisa, aos objetivos, à justificativa e à estrutura da pesquisa.

1.1 Contextualização e Problemática

Henry e Lee (2004) afirmam que a transparência é caracterizada pela divulgação dos procedimentos aplicados pela gestão, sobretudo, pela evidenciação dos processos da entidade quanto à destinação dos recursos. Contudo, Hendriksen e Breda (1999) ressaltam que o baixo nível de divulgação das informações está associado ao receio que gestores têm quanto ao fato de o *disclosure* favorecer concorrentes ou prejudicar os objetivos da entidade.

Considerando o contexto contábil, Ludícibus (2010) informa que transparência ocorre quando há divulgação de informações contábeis, de forma sequencial, fornecendo uma base de dados satisfatória para que os usuários da informação possam avaliar a entidade.

Igualmente, a transparência, para os clubes de futebol, também é de suma importância, especialmente por ser o esporte com maior relevância na rotina dos brasileiros e, por consequência, o assunto mais comentado no país, independentemente da classe social (SANTOS, 2002).

Motivado por esse contexto de relevância social, Mayer (2017) enfatiza que o governo aplicou normas que regem o esporte, exigindo dos clubes de futebol mais divulgação de suas informações contábeis, instaurando, para isso, os seguintes instrumentos legais: Lei Pelé nº 9.615/98 que dispõe sobre as regras gerais do desporto e exige que todos os clubes de futebol brasileiros divulguem seus demonstrativos contábeis; e a Resolução do CFC nº 1.429/13 que trata dos procedimentos contábeis específicos para as entidades desportivas, especialmente sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Frente ao exposto, surge a seguinte problemática que norteia esta pesquisa: **Quais os níveis de transparência das informações contábeis dos clubes de**

futebol que participaram dos campeonatos brasileiros das séries A e B nos exercícios de 2015 a 2018?

1.2 Objetivos

Para responder o problema de pesquisa proposto, foram determinados os seguintes objetivos gerais e específicos apresentados a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Conforme a problemática proposta, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o nível de transparência das informações contábeis dos clubes de futebol que participaram dos campeonatos brasileiros das séries A e B nos exercícios de 2015 a 2018.

1.2.2 Objetivos Específicos

Considerando o objetivo geral, os objetivos específicos desta pesquisa são:

- descrever as informações contábeis obrigatórias dos clubes de futebol brasileiro dos campeonatos brasileiros das séries A e B entre 2015 e 2018;
- apresentar o nível de transparência de cada clube em cada exercício investigado;
- analisar a estatística descritiva do nível de transparência e a correlação existe entre o nível de transparência dos clubes e as variáveis contábeis.

1.3 Justificativa

Considerando a paixão mundial pelo futebol, torna-se evidente a necessidade de uma gestão transparente (REZENDE; DALMÁCIO; SALGADO, 2010). Contudo, verifica-se que poucas entidades se importam com a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações contábeis (GELBCKE et. al, 2018).

Além desse contexto carente de divulgação, observa-se que o futebol, ao longo das duas últimas décadas, transitou de uma atividade meramente sociocultural e/ou

amadora para ser um negócio que, além de movimentar paixão e emoção, operacionaliza, em todos os continentes, bilhões de reais, euros ou dólares em decorrência de transações decorrentes de investimentos de grande porte realizados nesse setor, revelando-se, assim, a importância da prestação de contas por parte dos clubes de futebol.

Assim, esta pesquisa justifica-se por investigar quais os níveis de transparência, disponíveis para os investidores e outros interessados, em relação aos clubes de futebol brasileiros que disputaram as séries A e B nos anos de 2015 a 2018.

Sendo assim, este trabalho colabora com fornecimento de informações à investidores e torcedores apaixonados, mas também reforça o avanço da pesquisa nessa seara, mediante à análise da transparência na perspectiva contábil.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A pesquisa está dividida em cinco seções. A primeira seção expõe a introdução; a segunda exhibe o referencial teórico; a terceira contempla a metodologia do trabalho; a quarta apresenta a análise dos dados e os resultados; por último, a quinta seção, expõe as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão, apresenta-se o embasamento da literatura, englobando, inicialmente a relevância do *disclosure* de informações dos clubes de futebol, a regulamentação aplicável as entidades esportivas, as normas brasileiras de contabilidade específicas do futebol e os estudos que antecedem diretamente ou indiretamente relativos ao *disclosure* de informações nos clubes de futebol da série A e B do campeonato brasileiro.

2.1 A Relevância do *Disclosure* de Informações dos Clubes de Futebol

Segundo Bushman, Piotroski e Smith (2004), a transparência é definida como abundante divulgação periódica de dados específicos da empresa, seja de modo voluntário ou por exigência de lei.

Dessa maneira, o *disclosure* tem a função de auxiliar os usuários da informação contábil, fornecendo dados para que possam constatar as forças e fraquezas financeiras da entidade avaliada, inclusive proporcionar análises do desempenho e amparar a tomada de decisão (ALMEIDA, 2016).

Sendo assim, a transparência também é de suma importância para os clubes de futebol brasileiro, porque é o meio que as organizações possuem para apresentar ao mercado futebolístico as informações econômico-financeiras dos clubes (MAIA; CARDOSO; PONTE, 2013).

Insta frisar que o futebol é uma paixão que transaciona grandes cifras, fazendo com que cada vez mais o amor dos torcedores por esse esporte se transforme em um negócio (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009), relacionando-o com o impulsionamento da economia no país (SANTOS, 2002).

Diante disso, é necessário que o poder público regulamente não só a formatação do esporte, mas também a cobrança da divulgação de informações, para que as partes interessadas possam visualizar a performance dos clubes de futebol brasileiro (UMBELINO et al., 2019).

Dada a necessidade de informações derivadas de um ambiente que movimenta milhões e envolve torcedores, investidores e pesquisadores, o governo lançou instrumentos normativos com o intuito de exigir dos clubes de futebol mais

transparência nas transações realizadas e padronização na apresentação das demonstrações contábeis, utilizando-se, para tais interesses, a Resolução do CFC nº 1.429/13; a Lei Pelé nº 9.615/98; e Lei Zico nº 8.672/93 (REZENDE; CUSTÓDIO, 2012).

Reforçando esse contexto, o PROFUT – Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro tem como requisito para o enquadramento no programa, a publicação das demonstrações contábeis padronizadas no site, é uma das medidas aplicadas com o intuito de aumentar a transparência (UMBELINO et al., 2019).

Todavia, a exigência legal isolada não será capaz de consolidar um nível adequado de transparência pelos gestores dos clubes, sendo necessário a aplicação de motivos econômicos-institucionais, a fim de alcançar maiores níveis de divulgação (HOLANDA et al., 2012).

Corroborando com os autores acima, Rezende e Custódio (2012) entendem que o grau de divulgação dos clubes de futebol brasileiros é fundamental para a expansão da entrada de investidores privados e para a conversão em clube-empresa, sendo assim, quanto maior o *disclosure*, maior será o volume de investimentos ingressando no clube e conseqüentemente maior será o grau de transparência.

2.2 Regulamentação Aplicável aos Clubes de Futebol Brasileiros

Após apresentar a importância da transparência nos clubes de futebol brasileiros, nesta sessão, serão apresentadas as exigências legais que abordam o desporto no Brasil.

O primeiro ato normativo que definiu os princípios e as práticas do desporto no país foi o Decreto Lei nº 3.199/41 (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009), para o qual o esporte deveria ser desenvolvido com finalidade patriótica e sem fins lucrativos, logo, estava proibida a cobrança de ingresso (BRASIL, 1941).

Posteriormente, foi publicada a Lei nº 6.251/75 determinando as regras gerais sobre desporto, incluindo a definição de esporte. Entretanto, a referida Lei, ainda classificava o futebol somente como atividade de lazer (BRASIL, 1975).

Logo após, foi aprovada a primeira legislação que regrou mais especificamente sobre futebol: Lei nº 6.354/76, conhecida, no meio futebolístico, como a lei do passe

(LEITE; PINHEIRO, 2014). Esta norma tratava da relação entre os clubes e os atletas, garantindo que os clubes portassem vasto direito sobre o futebol do jogador (BRASIL, 1976).

O Decreto nº 80.228/77 foi um avanço contabilidade, uma vez que exigia dos clubes de futebol uma contabilidade autônoma e independente do setor profissional, além da elaboração de orçamento e demonstrações contábeis uniformizadas pelo Conselho Nacional de Desporto, com o intuito de acompanhar a gestão financeira (BRASIL, 1997).

Colaborando para atualização das regras do futebol brasileiro, Pereira (2017), cita os Decretos nº 81.102/77 e 82.877/77, ambos posteriormente revogados.

Buscando convergir as regulamentações do desporto brasileiro com o panorama mundial, foi publicada a Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) que, além de revogar a Lei nº 6.251/75, alterou e instituiu exigências sobre as normas gerais do desporto no país, manteve o direito dos clubes de futebol sobre o passe dos atletas (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009). Entretanto, devido à extinção do Conselho Nacional de Desporto, o valor fixado para o passe do atleta, os critérios e as condições desse seriam regulados pelo Conselho Superior de Desporto (BRASIL, 1993).

Sob as orientações da Lei Zico, o esporte transitou de atividade exclusivamente cultural, para ser associado à geração de riqueza (AMADOR, 2004). Além disso, tornou-se possível a realização de investimentos da iniciativa privada, possibilitando o ingresso de mais recursos nos clubes (PERRUCCI, 2006).

De acordo com Silva e Carvalho (2009), a Lei Zico foi o começo do propósito do governo de transformar os clubes em empresas, mas a transformação em clube-empresa não foi bem recepcionada por causa das vantagens fiscais que os clubes perderiam se optassem pela conversão em clube-empresa

Aperfeiçoando a Lei Zico, foi aprovada a Lei nº 9.615/98, conhecida como Lei Pelé, instituindo novas normas sobre o desporto do país (SILVA; TEIXEIRA; NIYAMA, 2009). Todavia, naquele momento, essa legislação não tratava de assuntos contábeis e financeiros, mas, somente sobre a necessidade de uma boa gestão (GALVÃO; MIRANDA, 2016).

Em virtude da Lei Pelé, os clubes de futebol foram obrigados a se transformarem em empresa, possibilitando o aumento da entrada de recursos nas organizações (BRASIL, 1998). Entretanto, Custódio e Rezende (2012) frisam que a

opção pela formatação de clube-empresa ocasiona uma fiscalização e uma transparência mais rigorosa

Outro ponto abordado pela Lei Pelé foi a extinção do passe que, conseqüentemente, reduziu o volume de receitas das entidades desportivas, pois os clubes estavam proibidos de negociar esse ativo, sendo concedido aos atletas o chamado passe livre (SILVA; CARVALHO, 2009).

Essa tônica trazida pela Lei Pelé, foi considerada pelos dirigentes como um tormento, uma vez que os seus interesses estavam prejudicados, tanto em relação ao fim do passe como em relação a obrigatoriedade de converter os clubes em sociedades empresárias (SILVA; CARVALHO, 2009).

Diante desse cenário dificultoso para os dirigentes de futebol, foi aprovada a Lei nº 10.672/2003, modificando a Lei Pelé, tornando a conversão em clube-empresa facultativa, além de obrigar os clubes a elaborarem e publicarem as demonstrações financeiras até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, conforme instrução da Lei nº 6.404 de 1976 (BRASIL, 2003).

A atenção especial para a proteção do torcedor surgiu com a criação da Lei nº 10.671/2003, a qual dispõe sobre o Estatuto de Defesa do torcedor, reconhecendo que esses passaram de meros espectadores para consumidores, tornando o futebol o produto negociado e os clubes equiparados a fornecedores (LEITE; PINHEIRO, 2014).

Posteriormente, foi instituída a Lei nº 12.395 de 2011, a qual revogou a Lei nº 6.354/76 e realizou alterações na Lei 9.615/98. O grande avanço dessa norma foi a exigência da apresentação do relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, bem como a publicação dos demonstrativos nos sites do clube e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva (BRASIL, 2011).

Aliás, a referida Lei também institui que os clubes só conseguiriam financiamentos junto ao governo ou participar de programas de recuperação econômico-financeiro, como o PROFUT, se o clube divulgar as demonstrações financeiras devidamente auditadas por instituição independente (BRASIL, 2011).

Na sequência, foi publicada a Lei nº 13.155/15, definindo os princípios da gestão transparente, além de criar a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT, com intuito de fiscalizar as obrigações previstas na lei supracitada, sobretudo a publicação dos demonstrativos contábeis padronizados e auditados (BRASIL, 2015).

2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Específicas para os Clubes

A partir da obrigatoriedade legal de publicar os demonstrativos financeiros, observou-se, por consequência, a necessidade de as normas brasileiras de contabilidade exigirem a padronização e a divulgação das informações por parte dos clubes (SILVESTRE; PEREIRA; EL KHATIB, 2016), reforçando, desse modo, a transparências das informações contábeis.

Diante desse cenário, em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Resolução nº 1.005, aprovando a NBC T 10.13 que trata dos aspectos contábeis das entidades de futebol profissionais e não profissionais entre outros desportos (NBC T 10.13, 2004).

Mais adiante, foi instituída a Resolução nº 1.429/13 do CFC, aprovando a ITG 2003 e revogando a Resolução nº 1.005/04 (ITG 2003, 2013). Segal, Prado e Silva (2015) afirmam que as principais mudanças em relação a NBC T 10.13 ocorreram nos registros de aquisição e formação dos jogadores, além da transferência do registro no imobilizado para o subgrupo intangível.

De acordo com a necessidade de elevar o grau de transparência, em 2017, a ITG 2003 foi atualizada. Modificando principalmente as regras dos registros contábeis, as notas explicativas e exigindo que as demonstrações contábeis divulgadas contenham: as informações patrimoniais segregadas em atividade profissional e social; e os gastos com formação e com potenciais candidatos a atletas, evidenciados no intangível.

Ademais, as receitas devem ser divulgadas em contas específicas, de acordo com a origem do recurso, sendo separadas no mínimo em: receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade e luva (ITG 2003- R1, 2017).

Ainda à luz da ITG 2003 R1 (2017), os clubes de futebol brasileiro são obrigados a divulgar as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

Quanto às notas explicativas, a ITG 2003 R1 (2017) reforça a obediência ao que dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade, mas elenca uma série de dados

específicos: os gastos com formação de atletas e os respectivos valores de amortização; direitos sobre atletas e o montante amortizado; receitas por atividade; total de atletas e o percentual de direito econômico; valores com entidades estrangeiras; contingência ativa e passiva; seguros contratados; e contratos não registrados contabilmente

2.4 Estudos Anteriores

Em função da abordagem empírica, nesta seção, apresentam-se os trabalhos anteriores que colaboraram com o presente estudo na composição do referencial teórico.

De acordo com Leite e Pinheiro (2014), existem, na literatura, estudos referentes à transparência e aos procedimentos contábeis. Nessa perspectiva, o Quadro 1 expõe os estudos anteriores que se referem ao nível de transparência nos clubes de futebol brasileiro e que, conseqüentemente, contribuiram para a elaboração desta pesquisa.

Quadro 1 - Estudos Anteriores

Autor(es)	Objetivo e Amostra	Resultados
Holanda et. al (2012)	O objetivo foi investigar padrões de associação entre nível de observância de normas de <i>disclosure</i> , na formação de atletas de futebol, e incentivos decorrentes de características econômicas e institucionais dos clubes brasileiros de futebol. A amostra foi representada pelos 100 primeiros clubes brasileiros de futebol do <i>ranking</i> da Confederação Brasileira de Futebol (2010) e que divulgaram em seus respectivos sites as demonstrações contábeis de 2006 a 2009.	Os resultados revelaram que o nível de <i>disclosure</i> dos clubes brasileiros de futebol vem aumentando no tempo, e que o nível de transparência é influenciado por atributos econômico-institucionais.
Leite e Pinheiro (2012)	O objetivo foi verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor. A amostra foi composta pelos 20 maiores clubes do Brasil com base nas receitas totais do ano de 2011.	Os resultados mostraram que quanto maior a performance no campeonato brasileiro e do volume de receita, maior será o nível de transparência.

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Quadro 1 - Estudos Anteriores (Continuação)

Maia, Cardoso e Ponte (2013)	<p>O objetivo do estudo foi investigar as práticas de <i>disclosure</i> adotadas pelos clubes de futebol do Brasil, relativas aos ativos intangíveis, e, confrontá-las com as práticas adotadas pelos clubes estrangeiros.</p> <p>A amostra foi representada pelas Demonstrações contábeis dos dez clubes nacionais e os dez clubes estrangeiros mais valiosos de acordo com a revista Forbes em 2009.</p>	De acordo com achados, identificou-se que os clubes de futebol estrangeiro possuem maiores níveis de transparência, do que os clubes de futebol brasileiros.
Mayer (2017)	<p>Analisar os fatores que explicam a evidenciação contábil em clubes brasileiros de futebol profissional.</p> <p>A amostra foi representada pelos Clubes de futebol brasileiro que disputaram a série A em pelo menos um dos anos do período analisado (2012 a 2015).</p>	De acordo com os resultados, constatou-se que clubes com maiores níveis de transparência, também são os clubes com melhores posicionamentos no <i>Ranking</i> da CBF.
Umbelino et. al (2019)	<p>O objetivo do estudo foi investigar o nível de <i>disclosure</i> decorrente da adesão ao PROFUT pelos clubes de futebol brasileiros e sua relação com o desempenho econômico-financeiro e esportivo no decorrer dos anos de 2015 e 2016.</p> <p>As 76 demonstrações contábeis de clubes de futebol do Campeonato Brasileiro de 2015 compuseram a amostra da pesquisa.</p>	Constatou-se que a adesão ao PROFUT não provocou melhorias nos níveis de transparência.

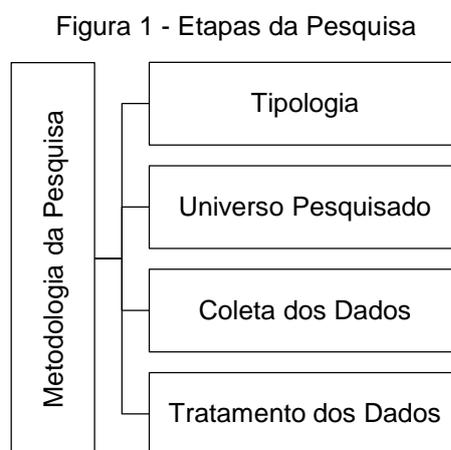
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Por meio da revisão dos estudos sobre evidenciação, *disclosure* e normas contábeis, iniciou-se a coleta de dados nos sites dos clubes de futebol brasileiro por meio de *checklist*, definida a metodologia da pesquisa e parâmetros para a tabulação dos dados coletados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A deliberação da metodologia aplicada na pesquisa é o fator que norteia o autor na elaboração do estudo. Segundo Gil (2010), a estruturação do trabalho é o ato de planejar totalmente o estudo, abrangendo os seguintes aspectos: metodologia, definição dos objetivos, o ambiente da pesquisa e definição das técnicas de coleta e análise de dados.

A figura 1 a seguir ilustra a tipologia e as etapas de realização dessa pesquisa.



Fonte: Elaboração da autora (2020)

3.1 Tipologia da Pesquisa

Com relação aos objetivos, este estudo será exploratório e descritivo. Exploratório, porque tem o objetivo de conceituar e analisar o tema; descritivo, visto que se pretende descrever as características da população e relacionar as variáveis (GIL, 2010).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa será realizada por meio de revisão de literatura e análise documental. A documental foi composta pelas demonstrações contábeis dos 38 clubes de futebol da amostra final, quanto ao referencial teórico, foram utilizadas as contribuições passadas de autores variados que tratam sobre o tema (NASCIMENTO, 2002).

Sobre a abordagem aplicada ao estudo, esta foi quantitativa, uma vez que foram realizadas as análises das demonstrações contábeis extraídas dos sites dos clubes, com o intuito de quantificar as informações e dados coletados, observando-se os níveis de transparência, além de investigar correlações quanto a transparência por

meio de estatísticas descritiva: média, mediana, desvio padrão, valores máximos e mínimos.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo desta pesquisa abrange inicialmente 49 clubes de futebol brasileiros que disputaram as séries A e/ou B dos campeonatos brasileiros de futebol em pelo menos um dos anos do período analisado (2015-2018).

Contudo, por inexistência de demonstrações contábeis e site oficial, a amostra final compreendeu 38 agremiações que apresentaram as informações contábeis obrigatórias. Dessa forma, a amostra final da pesquisa é exposta no Quadro 2.

Quadro 2 - Amostra Final dos Clubes Pesquisados

1. América-MG	14. Criciúma	27. Palmeiras
2. Atlético-PR	15. Cruzeiro	28. Paraná
3. Atlético-GO	16. Figueirense	29. Paysandu
4. Atlético-MG	17. Flamengo	30. Ponte Preta
5. Avaí	18. Fluminense	31. Santa Cruz
6. Bahia	19. Fortaleza	32. Santos
7. Botafogo	20. Goiás	33. São Bento
8. Bragantino	21. Grêmio	34. São Paulo
9. Brasil de Pelotas	22. Guarani	35. Sport
10. Ceará	23. Internacional	36. Vasco
11. Chapecoense	24. Joinville	37. Vila Nova
12. Corinthians	25. Juventude	38. Vitória
13. Coritiba	26. Náutico	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Para a busca dos dados, utilizou-se de planilhas do Microsoft Office Excel®, visando elaborar o *checklist* (Quadro 3) e construir o banco de dados contábeis extraídos dos sites dos clubes de futebol a serem analisados. A identificação e o levantamento dos sites oficiais dos clubes de futebol foi executado por pesquisa por meio de busca *on-line* na plataforma do Google (<https://www.google.com.br>), adotando como *string* o nome da agremiação.

O *checklist*, composto por 21 itens, foi o instrumento utilizado para investigar o nível de transparência das informações contábeis de cada clube de futebol em cada período analisado.

A relação dos clubes de futebol e os respectivos sites oficiais, a coleta, a observação e avaliação dos dados e informações foram realizadas no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2019.

Quadro 3 - Checklist Utilizado na Pesquisa.

Item	Descrição
1	Publicação das demonstrações financeiras até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva.
2	Balanco Patrimonial (BP)
3	O BP segrega as contas específicas das atividades desportivas profissionais das demais atividades.
4	Demonstração do Resultado do Exercício
5	A DRE segrega as receitas, custos e despesas de atividades profissionais das demais atividades. (DRE ou NE)
6	O registro dos gastos com a formação de cada atleta, estão segregados por: (a) tipo (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, comissão técnica, etc.); e (b) categoria (infantil, juvenil, júnior).
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa
8	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
9	Demonstração do Resultado Abrangente do Período
10	As notas explicativas mínimas divulgadas de acordo com o estabelecido ITG 2003;
11	Avaliação da possibilidade de recuperação econômico-financeira do valor líquido contábil dos direitos contratuais de cada atleta.
12	As notas explicativas apresentam a segregação das receitas em Receitas de bilheteria, Direitos de transmissão e imagem, Patrocínio e outras assemelhadas.
13	As notas explicativas apresentam o conteúdo mínimo sobre gastos com a formação de atletas, registrados no ativo intangível e montante amortizado constante do resultado no exercício (ITG 2003); (NE)
14	As notas explicativas apresentam composição dos direitos sobre os atletas, registrados no ativo intangível com a segregação do valor correspondente a gasto e amortização; (NE)
15	As notas explicativas apresentam as receitas auferidas por atividade; (NE)
16	Devem ser divulgados o total de atletas vinculados à entidade na data base das demonstrações contábeis, contemplando o percentual de direito econômico individual ou por categoria ou a inexistência de direito econômico; (NE)
17	As notas explicativas apresentam valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras; (NE)
18	As notas explicativas apresentam Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional; (NE)
19	As notas explicativas apresentam Contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas; (NE)
20	As notas explicativas apresentam Seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade. (NE)
21	Parecer dos Auditores independentes (Lei nº 10.672/2003)

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Com base nas informações do Quadro 3 inspirado na metodologia aplicada ao estudo espanhol do ITA 2017, o Índice de Transparência dos Clubes de Futebol (ITFC) pode ser representado pela seguinte expressão:

$$ITFC = \sum_{21}^1 \quad (1)$$

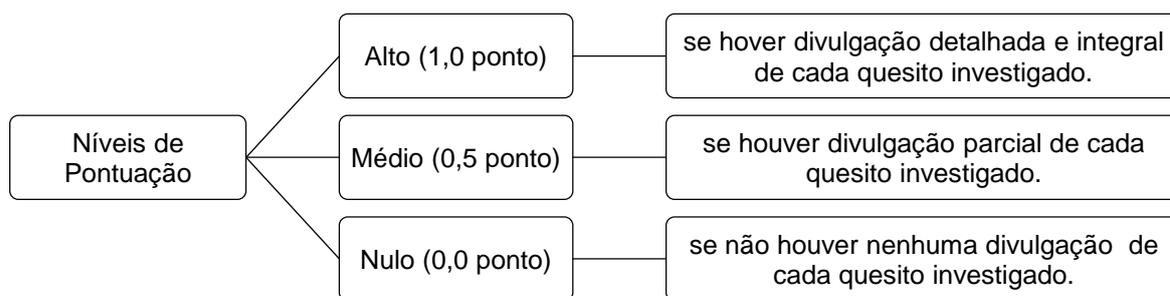
O ITFC é uma variável de natureza quantitativa e dependente que pode variar

de 0 a 21 pontos. Este índice busca facilitar a análise dos dados. Dessa forma, a pontuação atribuída a cada clube de futebol será o somatório dos itens apresentados no Quadro 3.

Por outro lado, afasta-se, neste estudo, a utilização de variáveis dicotômicas, optando-se, conseqüentemente, pela análise de conteúdo de cada um dos 21 indicadores propostos para investigação. Seguindo a lógica do ITA (2017), há três níveis de pontuação para cada um dos 21 indicadores que compõem o ITFC.

Assim sendo, para coleta de dados, foram utilizados os níveis de pontuação adotados no *Índice de Transparência de los Ayuntamientos* (ITA), desenvolvido pelo comitê espanhol da Organização Transparência Internacional para análise da transparência em meio eletrônico dos municípios espanhóis (Figura 2).

Figura 2 - Níveis de Pontuação de Cada Quesito Investigado.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quanto ao tratamento e análise dos dados, foi aplicado a análise descritiva com o objetivo de investigar o comportamento do índice de transparência frente aos demais indicadores desta pesquisa.

3.4 Descrição das Variáveis

O Índice de Transparência dos Clubes de Futebol (ITCF) será utilizado como variável dependente nesse estudo e consiste num modelo de investigação da transparência.

Para este estudo foram selecionados os seguintes indicadores como variáveis explicativas: **LG** – liquidez geral; **TIT** – tamanho do intangível; **TRC** – tamanho da receita total; **RK** – *ranking* CBF; **TL** – quantidade de títulos da libertadores; **TB** – quantidade de títulos do campeonato brasileiro; e **RA** – relatório da auditoria. O

objetivo é que essas variáveis possam, de alguma forma, refletir associação com o nível de divulgação dos clubes de futebol.

As variáveis acima foram estimadas com base nas *proxies* explicitadas no Quadro 4 e coletados nos demonstrativos financeiros dos clubes brasileiros de futebol componentes da amostra.

Quadro 4 - Variáveis Explicativas.

Variável	Proxy	Estudos Anteriores
Liquidez Geral (LG)	$= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Mayer (2017); Pereira et al.(2014).
Tamanho do Ativo (TAT)	= valor do total do ativo	Holanda (2015); Umbelino et al. (2019); Galvão e Miranda (2016).
Tamanho do Intangível (TIN)	= valor do ativo intangível	Mayer (2017).
Tamanho da Receita (TRC)	= valor da receita total	Pereira (2017).
<i>Ranking</i> da CBF (RK)	= <i>ranking</i> nacional apresentado CBF	Pereira (2017); Holanda et al. (2012); Mayer (2017).
Títulos Mundiais (TM)	= quantidade de títulos mundiais	Pereira (2017).
Títulos de Campeão da Libertadores (TL)	= quantidade de títulos da libertadores	Pereira (2017).
Títulos de Campeão Brasileiro (TB)	= quantidade de títulos do Brasileiro	Pereira (2017).
Relatório de Auditoria (RA)	= tipo de opinião do relatório de auditoria	Silvestre; Pereira; El Khatib (2016)

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se, conforme os critérios metodológicos mostrados na seção anterior, a análise dos dados coletados e os resultados da pesquisa.

4.1 Nível de Transparência dos Clubes de Futebol

Inicialmente, foram avaliados os níveis de transparência dos clubes de futebol, com o intuito de construir *ranking* para cada ano investigado nesta pesquisa. Desse modo, é possível comparar a evolução dos ITCF nos anos de 2015 a 2018, conforme apresenta a Tabela 1.

De acordo com os números apresentados, verifica-se que a transparência aumenta conforme os clubes se aproximam da série A. Corroborando com esta afirmativa, os clubes São Bento e Brasil de Pelotas melhoram seus níveis de transparência ao conquistar acesso nas séries mais elevadas, inclusive, o São bento inicia em 2015 e 2016 sem prestação de contas, começando a divulgação de demonstrativos contábeis em 2017 na série C.

Segundo a tabela 1, pode-se observar ainda que os times com os melhores níveis de divulgação são dos estados de São Paulo (Santos, São Paulo, Corinthians e Palmeiras), Rio de Janeiro (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco), Santa Catarina (Avaí) e Paraná (Coritiba e Atlético-PR), ademais, os clubes com melhores ITCF são da capital do estado, exceto o Santos que fundou-se no interior do Estado de São Paulo.

Por seguinte, verifica-se que os clubes de futebol que possuem os piores níveis de divulgação são aqueles situados nas regiões norte (Paysandu) e nordeste (Náutico, Santa Cruz e Ceará), e sobretudo, clubes do interior dos estados de São Paulo (São Bento, Bragantino e Guarani), Santa Catarina (Joinville) e Rio grande do Sul (Brasil de Pelotas).

Dessa forma, constata-se que os times mais transparentes disputam a série A, excetuando o Botafogo em 2015, na série B. Observando os 10 clubes com maiores níveis de transparência, identifica-se que 9 deles são times da série A, nos anos de 2015 a 2017. Por outro lado, os clubes com as piores transparência não participaram da primeira divisão, bem como não foram campeões da série A do campeonato brasileiro.

Tabela 1 - Ranking do ITCF.

2015					2016					2017					2018				
C	Times	Est	S	ITCF	C	Times	Est	S	ITCF	C	Times	Est	S	ITCF	C	Times	Est	S	ITCF
1º	Botafogo	RJ	B	19,5	1º	Santos	SP	A	19,5	1º	Santos	SP	A	19,5	1º	Santos	SP	A	19,5
1º	Santos	SP	A	19,5	2º	Avaí	SC	B	19,0	2º	Botafogo	RJ	A	19,0	2º	Palmeiras	SP	A	18,5
2º	São Paulo	SP	A	18,0	3º	Botafogo	RJ	A	18,5	2º	Palmeiras	SP	A	19,0	3º	Cruzeiro	MG	A	18,0
3º	Fluminense	RJ	A	17,5	4º	São Paulo	SP	A	18,0	3º	Fluminense	RJ	A	18,0	3º	Botafogo	RJ	A	18,0
3º	Coritiba	PR	A	17,5	5º	Grêmio	RS	A	17,5	4º	Vasco	RJ	A	17,5	3º	Vasco	RJ	A	18,0
4º	Corinthians	SP	A	17,0	6º	Corinthians	SP	A	17,0	4º	Goiás	GO	B	17,5	4º	Avaí	SC	B	17,5
4º	Palmeiras	SP	A	17,0	6º	Palmeiras	SP	A	17,0	5º	Cruzeiro	MG	A	17,0	4º	Goiás	GO	B	17,5
5º	Flamengo	RJ	A	16,5	6º	Coritiba	PR	A	17,0	5º	São Paulo	SP	A	17,0	5º	Flamengo	RJ	A	17,0
5º	Athlético-PR	PR	A	16,5	7º	Fluminense	RJ	A	16,5	5º	Coritiba	PR	A	17,0	5º	Fluminense	RJ	A	17,0
6º	Avaí	SC	A	16,0	7º	Athlético-PR	PR	A	16,5	5º	Avaí	SC	A	17,0	5º	Corinthians	SP	A	17,0
7º	Athlético-MG	MG	A	15,0	7º	Goiás	GO	B	16,5	5º	Figueirense	SC	B	17,0	5º	São Paulo	SP	A	17,0
7º	Cruzeiro	MG	A	15,0	8º	Cruzeiro	MG	A	15,5	6º	Flamengo	RJ	A	16,5	5º	Coritiba	PR	B	17,0
7º	Internacional	RS	A	15,0	8º	Flamengo	RJ	A	15,5	6º	Corinthians	SP	A	16,5	5º	Grêmio	RS	A	17,0
7º	Chapecoense	SC	A	15,0	8º	Figueirense	SC	A	15,5	6º	Grêmio	RS	A	16,5	6º	Athlético-PR	PR	A	16,0
7º	Goiás	GO	A	15,0	9º	Athlético-MG	MG	A	15,0	7º	Athlético-PR	PR	A	16,0	7º	Athlético-GO	GO	B	15,5
8º	Criciúma	SC	B	14,5	9º	Internacional	RS	A	15,0	8º	Internacional	RS	B	15,5	7º	Vitória	BA	A	15,5
9º	Grêmio	RS	A	13,5	9º	Chapecoense	SC	A	15,0	9º	Athlético-MG	MG	A	15,0	8º	Athlético-MG	MG	A	15,0
10º	Ponte Preta	SP	A	13,0	10º	Criciúma	SC	B	14,5	9º	Fortaleza	CE	C	15,0	8º	Ponte Preta	SP	B	15,0
10º	Vitória	BA	B	13,0	11º	Ponte Preta	SP	A	13,5	9º	Vitória	BA	A	15,0	8º	Internacional	RS	A	15,0
11º	Figueirense	SC	A	12,5	12º	Paraná	PR	B	13,0	10º	América-MG	MG	B	14,5	8º	Chapecoense	SC	A	15,0
12º	Bahia	BA	B	12,0	13º	América-MG	MG	A	12,0	11º	Ponte Preta	SP	A	14,0	8º	Criciúma	SC	B	15,0
13º	Vasco	RJ	A	11,0	13º	Fortaleza	CE	C	12,0	12º	Chapecoense	SC	A	13,5	8º	Figueirense	SC	B	15,0
14º	Fortaleza	CE	C	10,0	13º	Bahia	BA	B	12,0	12º	Criciúma	SC	B	13,5	9º	Fortaleza	CE	B	14,5
15º	Juventude	RS	C	9,0	13º	Vitória	BA	A	12,0	13º	Paraná	PR	B	12,5	10º	América-MG	MG	A	13,5
16º	América-MG	MG	B	8,5	14º	Vasco	RJ	B	11,0	14º	Bahia	BA	A	12,0	11º	Paraná	PR	A	12,5
17º	Bragantino	SP	B	7,5	15º	Sport	PE	A	10,0	15º	Athlético-GO	GO	A	11,5	11º	Bahia	BA	A	12,5
17º	Ceará	CE	B	7,5	16º	Juventude	RS	C	9,0	15º	Sport	PE	A	11,5	12º	Vila Nova	GO	B	11,5
18º	Joinville	SC	A	6,0	17º	Bragantino	SP	B	7,5	16º	Juventude	RS	B	9,0	12º	Sport	PE	A	11,5
19º	Santa Cruz	PE	B	5,5	17º	BR de Pelotas	RS	B	7,5	17º	Ceará	CE	B	8,5	13º	Ceará	CE	A	9,5
19º	Sport	PE	A	5,5	18º	Ceará	CE	B	7,0	18º	Bragantino	SP	C	8,0	14º	Juventude	RS	B	9,0
20º	Náutico	PE	B	5,0	19º	Joinville	SC	B	6,0	18º	BR de Pelotas	RS	B	8,0	15º	São Bento	SP	B	7,5
21º	Vila Nova	GO	C	4,0	19º	Náutico	PE	B	6,0	19º	Joinville	SC	C	6,5	15º	BR de Pelotas	RS	B	7,5
22º	Athlético-GO	GO	B	3,5	20º	Santa Cruz	PE	A	5,5	20º	Santa Cruz	PE	B	5,0	16º	Joinville	SC	C	7,0
22º	Paysandu	PA	B	3,5	21º	Athlético-GO	GO	B	4,0	21º	Vila Nova	GO	B	4,0	17º	Santa Cruz	PE	C	6,5
23º	Guarani	SP	C	3,0	21º	Vila Nova	GO	B	4,0	22º	Paysandu	PA	B	3,5	18º	Paysandu	PA	B	5,0
23º	BR de Pelotas	RS	C	3,0	22º	Guarani	SP	C	3,5	23º	Guarani	SP	B	3,0	19º	Náutico	PE	C	4,0
24º	Paraná	PR	B	0,0	22º	Paysandu	PA	B	3,5	23º	São Bento	SP	C	3,0	20º	Guarani	SP	B	3,5
24º	São Bento	SP	-	0,0	23º	São Bento	SP	D	0,0	24º	Náutico	PE	B	2,0	21º	Bragantino	SP	C	0,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020. C – Classificação; Est – Estado; e S – Série.

4.2 Desempenho dos itens do *checklist*

Conforme já apresentado, para verificar o site oficial de cada clube de futebol, o *checklist* utilizado para a coleta de dados foi estruturado em 21 itens (Quadro 3), os quais, quando somados, alcançam, no máximo, também 21 pontos.

A tabela 2 revela as informações contábeis menos divulgadas nos sites oficiais dos 38 clubes de futebol analisados, mostrando, para cada série, quantos times de futebol não divulgaram a informação contábil investigada.

Tabela 2 - Análise dos Itens Menos Divulgados Pelos Clubes de Futebol.

Item	2015			2016			2017			2018		
	Série		Σ									
	A	B		A	B		A	B		A	B	
6	12	18	30	13	16	29	12	15	27	12	15	27
18	12	17	29	16	17	33	10	17	27	11	16	27
17	11	17	28	10	17	27	9	16	25	8	17	25
16	9	15	24	9	13	22	8	13	21	11	12	23
11	8	15	23	8	14	20	4	13	17	7	12	19

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os dados da tabela 2 revelam que mais de 70% dos times de futebol analisados não divulgam a segregação dos gastos com formação de atletas conforme o tipo e categoria (item 6). Isso mostra que 30 times, em 2015, 29, em 2016, e 27, em 2017 e em 2018 foram omissos em seus demonstrativos contábeis, predominando em cada exercício os clubes da série B.

A maioria dos clubes investigados não apresentam em suas notas explicativas informações sobre os Direitos e obrigações contratuais não passíveis de registro contábil em relação à atividade desportiva profissional (item 18). Em 2015, 29 times omitiram essa informação. Em 2016, esse número foi aumentando para 33, declinando para 27, nos exercícios de 2017 e 2018.

Em relação aos valores de direitos e obrigações com entidades estrangeiras (item 17) não houve evidência nas notas explicativas, por mais de 60% dos clubes de futebol investigados. Sendo que 28 clubes não divulgaram essa informação, em 2015, 27, em 2016, e 25, em 2017 e 2018.

Quanto à divulgação do total de atletas vinculados ao clube e os respectivos percentuais de direitos econômicos ou sua inexistência (item 16), apontou-se que mais de 50% dos clubes analisados não revelaram essa informação. Demonstrando

que, em 2015, 24 times descumpriram a exigência. Em 2016 e 2017, esse número reduziu, respectivamente, para 22 e 21. Sendo elevado em 2018, para 23 clubes.

De modo semelhante, mais 50% dos 38 times investigados não publicam nas demonstrações contábeis, a avaliação da possibilidade de recuperação do valor líquido contábil sobre os direitos de cada atleta (item 11). Logo, 23 clubes não divulgaram essa informação, em 2015, baixando para 20, em 2016, 17, em 2017, e crescendo para 19 times, em 2018.

Observa-se também que os clubes que menos evidenciam os itens apresentados na tabela 2 disputam a série B, reafirmando que os times que estão na primeira divisão são mais transparentes do que os clubes das demais séries do campeonato brasileiro.

A tabela 3 revela as informações contábeis mais divulgadas nos sites oficiais dos 38 clubes de futebol analisados, mostrando, para cada série, quantos times de futebol divulgaram a informação contábil investigada.

Tabela 3 - Análise dos Itens Mais Divulgados Pelos Clubes de Futebol.

Item	2015			2016			2017			2018		
	Série		Σ									
	A	B		A	B		A	B		A	B	
2	20	16	36	20	17	37	20	18	38	20	16	36
4	19	16	35	20	17	37	20	17	37	20	17	37
1	20	14	34	20	16	36	20	18	38	20	16	36
8	20	11	31	20	13	33	19	13	32	19	15	34
7	19	11	30	20	12	32	19	13	32	20	15	35

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os dados revelam que o balanço patrimonial (item 2) é divulgado por todos os clubes da série A nos quatro anos investigados, mas, para os 20 times da série B, houve omissão dessa informação por quatro times (Sampaio Corrêa, CRB, Boa Esporte e Luverdense), em 2015, três (Sampaio Corrêa, CRB e Luverdense), em 2016, dois (CRB e Luverdense), em 2017, e quatro (Sampaio Corrêa, CRB, Boa Esporte e CSA), em 2018.

A divulgação da demonstração do resultado do exercício (item 4) é realizada por todos os clubes da série A, exceto o (Figueirense) em 2015. Já para os times da série B, a demonstração contábil foi apresentada por 16 times, em 2015, e por 17, nos períodos seguintes.

Quanto à publicação das demonstrações financeiras até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva (item 1), constatou-se que todos os clubes da série A estão adequados à esta exigência de 2015 a 2018. Entretanto, das agremiações que disputam a segunda divisão, seis (Sampaio Corrêa, CRB, Boa Esporte, Luverdense, Atlético-GO e Bragantino) não divulgaram essa informação, em 2015, quatro (Sampaio Corrêa, CRB, Luverdense e Bragantino), em 2016, duas (CRB e Luverdense), em 2017, e quatro (Sampaio Corrêa, CRB, Boa Esporte e CSA), em 2018.

Todos os clubes da série A também publicaram a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (item 8), à exceção de (Atlético-GO), em 2017, e (América-MG), em 2018. Em relação aos clubes da série B, percebe-se que não houve evidenciação da demonstração supracitada por nove clubes, em 2015, sete, em 2016 e 2017, e cinco, em 2018.

Do mesmo modo, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (item 7) foi divulgada por todos os times que disputaram a série A, exceto (Joinville), em 2015, e (Atlético-GO), em 2017. Contudo, dos clubes que participaram da série B, 9 não divulgaram a referida demonstração, em 2015, oito, em 2016, sete, em 2017, e cinco, em 2018.

4.3 Análise Descritiva e Comparativa dos Níveis de Transparência dos Clubes das Séries A e B

A seguir, na Tabela 4, estão expostas as variáveis analisadas nesta pesquisa, no período de 2015 a 2018, com o objetivo de compreender melhor as variáveis que possuem correlação com o ITCF e *Ranking* da CBF.

Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis Investigadas.

Ano	Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2015	ITCF	11,1	12,8	5,8	0,0	19,5
	LG	0,2	0,1	0,2	0,0	0,9
	TIT	40,2	9,7	54,7	0,0	194,8
	TRC	121,6	56,8	134,6	0,0	425,6
	RK	21,5	18,5	16,3	0,0	72,0
	TL	0,4	0,0	0,9	0,0	3,0
	TB	1,6	0,0	2,4	0,0	8,0
	RA	1,1	1,0	0,7	0,0	2,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis Investigadas. (Continuação)

Ano	Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2016	ITCF	12,1	13,3	5,3	0,0	19,5
	LG	0,2	0,2	0,3	0,0	1,1
	TIT	41,7	15,1	54,5	0,0	185,4
	TRC	143,1	74,1	156,7	0,0	529,1
	RK	21,1	18,5	15,8	0,0	66,0
	TL	0,4	0,0	0,9	0,0	3,0
	TB	1,6	0,0	2,4	0,0	9,0
	RA	1,3	1,0	0,7	0,0	2,0
2017	ITCF	12,8	14,8	5,2	2,0	19,5
	LG	0,2	0,1	0,2	0,0	1,0
	TIT	37,5	12,3	52,4	0,0	231,1
	TRC	145,1	65,9	167,3	0,0	642,1
	RK	23,2	19,5	21,8	1,0	128,0
	TL	0,5	0,0	0,9	0,0	3,0
	TB	1,6	0,0	2,5	0,0	9,0
	RA	1,3	1,0	0,8	0,0	4,0
2018	ITCF	13,2	15,0	5,0	0,0	19,5
	LG	0,2	0,2	0,2	0,0	0,7
	TIT	41,0	9,4	68,9	0,0	326,5
	TRC	145,8	70,0	167,2	8,8	653,9
	RK	20,9	19,5	14,4	1,0	68,0
	TL	0,5	0,0	0,9	0,0	3,0
	TB	1,7	0,0	2,7	0,0	10,0
	RA	1,3	1,0	0,9	0,0	4,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Observa-se, na Tabela 4, que a média do nível de divulgação aumentou de 11,1 (em 2015) para 13,2, em 2018. Nenhum clube de futebol alcançou a máxima de 21 pontos. Entretanto, o Santos manteve uma transparência de 19,5 pontos nos quatro anos analisados neste estudo. Além do Santos, o Botafogo em 2015, também alcançou a pontuação máxima observada de 19,5, mas não manteve este nível de transparência nos demais anos.

Em relação às pontuações mínimas de transparência, analisadas de 2015 a 2018, os clubes que impactaram nesses resultados foram: Paraná em 2015 com 0 pontos; São Bento em 2015 e 2016 com 0 pontos; Náutico em 2017 com 2 pontos; e Bragantino em 2018 com 0 pontos.

Ressalta-se que os clubes com os menores níveis de transparência de 2015 a 2018, não competiram a série A do campeonato brasileiro nos anos supracitados, inclusive, o Santos que possui o maior nível de transparência da amostra e nunca foi rebaixado da série A do campeonato Brasileiro.

Examinando a perspectiva geral, o Santos adquiriu 92,85% do total de pontos possíveis nos 4 anos avaliados, em contrapartida, o São Bento totalizou apenas 12,50% dos 84 pontos cabíveis. Desse modo, ambos os resultados impactaram na

média de transparência, enquanto o Santos elevou a média de evidenciação por sua ótima performance, o São Bento prejudicou o nível médio de transparência.

Ainda nessa vertente, identificou-se que, em 2015, existiam 21 clubes acima da média de transparência, esta quantidade reduziu em 2016, para 20, entretanto, ela foi elevada para 23, em 2017, e 24, em 2018. Demonstrando que o crescimento da média de transparência ocorre concomitantemente com o aumento da transparência.

Dessa forma, a mediana do ITCF expôs crescimento nos anos de 2015 a 2018, além disso, demonstrou que os clubes que estão posicionados no centro da amostra divulgaram mais de 60% das exigências.

Contudo, o desvio padrão do ITCF está reduzindo, apontando diminuição na dispersão dos níveis de transparência entre os clubes de futebol analisados, no período investigado. Com isso, além de melhorar a transparência dos clubes, cada vez mais os níveis de evidenciação entre os times estão ficando mais homogeneizados.

Quanto à capacidade financeira de pagamentos a longo prazo, verificou-se que entre os 38 clubes analisados, a média de liquidez geral é constante e insatisfatória em todos os anos, representando 0,2. Da mesma forma, a mediana possui uma pequena oscilação, mas não ultrapassa os 0,2. Além disso, a amostra apresentou desvio padrão igual a 0,2 de 2015 a 2017 e 0,3 em 2018, demonstrando pouca dispersão na amostra, contudo, a LG varia de 0 (mínimo) a 0,90 (máximo), tais resultados são influenciados pela diversificação da amostra, esta que contém clubes que não expuseram seus demonstrativos em todos os anos investigados e outros mais transparentes e com altas capacidades financeiras.

Sobre o TIT e TRC, foram identificados aumentos na média, na mediana e nos valores máximos, nos quatro anos analisados, exceto pela redução da média do TIT e da mediana do TRC, em 2017. Eles também possuem altos valores de desvios padrão, sendo o TRC maior que o TIT, mostrando que há uma disparidade maior no tamanho da receita entre os clubes da amostra, do que no tamanho do intangível.

Por outro lado, a média, a mediana e o desvio padrão do RK reduziram em 2016 e 2018, mas aumentaram em 2017, ao contrário das demais variáveis que reduziram neste ano, além disso os mínimos em 2015 e 2016 representavam 0 devido ao São Bento que não possuía colocação, surgindo em 2017 no RK, ocasionando aumento do mínimo para igual a 1.

Contudo, as variáveis mais constantes são TL e TB que possuem mediana igual a 0, média e desvio padrão sem alterações de 2015 a 2016 e aumento em 2017 e 2018, inclusive, elas apresentam o mínimo igual a 0 e o máximo permanece sem mudanças na TL, mas eleva o máximo da TB em 2016 e 2018 devido as vitórias do Palmeiras no campeonato brasileiro em ambos.

A variável RA, expõe média crescente em 2016, mas se estabelece sem alterações nos anos seguintes, a mediana e o mínimo são iguais a 1 e 0, respectivamente, em todos os quatro anos, além disso, identificou-se aumento do máximo e do desvio padrão em 2017 e 2018.

Desse modo, cabe investigar quais os indicadores que influenciam o grau de ITCF, tendo em vista amplitudes representativas que partem do ponto mais transparente com 20,5 pontos para 0 pontos em clubes que não apresentam regularmente os demonstrativos. Em virtude disso, analisamos correlações entre o ITCF e estes indicadores.

Tabela 5 - Correlação de *Pearson*.

	<i>ITCF</i>	<i>LG</i>	<i>TIT</i>	<i>TRC</i>	<i>RK</i>	<i>TL</i>	<i>TB</i>	<i>RA</i>
<i>ITCF</i>	1,0							
<i>LG</i>	0,2	1,0						
<i>TIT</i>	0,5	0,1	1,0					
<i>TRC</i>	0,6	0,2	0,8	1,0				
<i>RK</i>	-0,6	-0,2	-0,5	-0,6	1,0			
<i>TL</i>	0,5	0,2	0,6	0,7	-0,5	1,0		
<i>TB</i>	0,5	0,1	0,8	0,9	-0,5	0,7	1,0	
<i>RA</i>	0,5	0,0	0,1	0,1	-0,2	0,1	0,1	1,0

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

De acordo com a tabela 5, todos os 7 indicadores possuem correlação com o ITCF, isto posto, investigamos se esta relação é considerada fraca, média, forte, fortíssima ou perfeita.

Inicialmente, a liquidez geral possui correlação linear fraca e positiva, por isto, a liquidez de um clube não é uma variável que resulta em um reflexo significativo no grau de transparência, mas possui relação, logo, se houver crescimento da liquidez geral nos clubes de futebol, a transparência irá progredir, mas em proporções menores.

Em seguida, temos *TIT*, *TL*, *TB* e *RA*. Eles apontam uma correlação de 0,5 com o grau de transparência, consequentemente, possuem uma ligação maior com o ITCF que os indicadores anteriores. Assim, os clubes que estão melhor posicionados no

brasileirão e alcançam títulos deste campeonato e da libertadores, são os clubes mais transparentes, do mesmo modo em relação a seu intangível, quanto maior o volume do intangível, maior será a transparência quanto ao registro dos atletas vinculados ao clube, por conseguinte, o ITCF será maior e mais adequado será o RA.

Por fim, TRC e RK obtiveram 0,6 e -0,6 de correlação com o ITCF, sendo estas as maiores correlações entre as 7 variáveis, mas a diferença entre as duas é que TRC expõe uma correlação positiva, enquanto o RK possui relação negativa, por ser uma relação inversamente proporcional ao ITCF.

Denota-se ainda que quanto maior a receita do clube, maior será seu nível de divulgação, em outra perspectiva, quanto maior o investimento realizado no clube através de patrocinadores, investidores, torcedores e outros correlatos, maior será a obrigação de prestação de contas por parte dos clubes, desencadeando um aumento no ITCF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de fomentar a pesquisa, principalmente em relação às análises realizadas, demonstram-se as seguintes considerações finais.

Mediante a investigação do nível de transparência das informações contábeis dos clubes de futebol que participaram dos campeonatos brasileiros das séries A e B nos exercícios de 2015 a 2018, constatou-se que a maioria dos 38 clubes analisados apontou melhorias nos graus de evidenciação, especialmente em 2016.

Dentre os times com os melhores níveis de transparência, destacaram-se os clubes da série A: Santos e Botafogo, enquanto os clubes com as piores posições foram o Náutico e São Bento, ambos da série B. De um modo geral, observa-se que os clubes, com os melhores níveis de divulgações das informações contábeis, estão situados nas capitais, principalmente, dos estados de São Paulo (Santos, São Paulo e Palmeiras), Rio de Janeiro (Botafogo e Fluminense), Paraná (Coritiba) e Santa Catarina (Avaí).

Em contrapartida, os times com os piores graus de transparência estão localizados no interior dos estados de São Paulo (São Bento e Guarani), Santa Catarina (Joinville), Rio Grande do Sul (Brasil de Pelotas) e, sobretudo, nas regiões Norte (Paysandu) e Nordeste (Náutico e Santa Cruz).

Em relação ao conjunto de informações investigadas, nota-se também que os clubes apresentaram baixo nível de divulgação informações contábeis que contam nas notas explicativas. Entre essas informações, observou-se a baixa evidenciação dos gastos com formação de atletas, contratos não passíveis de registros contábeis, valores com entidades estrangeiras, total de atletas vinculados ao clube com seus direitos econômicos e a avaliação de recuperabilidade dos valores de direitos sobre atletas.

Por outro, foi observado que todos os clubes da série A e a maioria dos que competiram a série B divulgam os demonstrativos contábeis obrigatórios. Tais resultados corroboraram para que as médias do ITCF aumentassem, demonstrando evolução no nível de transparência dos clubes investigados. Com isso, 21 clubes, em 2015, 20, em 2016, 23, em 2017, e 24, em 2018, apresentaram níveis de transparência acima da média geral.

Entre variáveis observadas, observou-se uma associação entre as receitas dos clubes e o nível de divulgação. Assim, na medida em que aumenta o ingresso de recursos nos cofres dos clubes de futebol, maior o nível de divulgação das informações contábeis.

Cabe destacar que os achados desse estudo estão limitados ao *checklist* construído e ao conjunto das demonstrações contábeis divulgadas, bem como à estatística descritiva aplicada. Para estudos futuros, como sugestão, indica-se a inclusão de clubes estrangeiros, a fim de realizar comparações entre os níveis de transparência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso de contabilidade introdutória em IFRS e CPC: atende à programação do 1º ano dos cursos de ciências contábeis, administração de empresas e economia. São Paulo, Atlas, 2016.

AMADOR, Renato Pereira. Avaliação de empresas: uma aplicação aos clubes de futebol. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Interregional, Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d80228.htm> Acesso em 26 fev 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm> Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.672.htm> Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm> Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm> Acesso em 12 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251.htm> Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6354.htm> Acesso em 26 fev 2020.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm> Acesso em 26 fev. 2020.

BUSHMAN, Robert M.; PIOTROSKI, Joseph D.; SMITH, Abbie J. What determines corporate transparency?. *Journal of accounting research*, v. 42, n. 2, p. 207-252, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC no 1.429/13, de 25 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc>. Acesso em: 27 fev. 2020

CUSTÓDIO, Ricardo dos Santos.; REZENDE, Amaury José. A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2012.

DA SILVA, José Antônio Felgueiras; DE CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 6, p. 96-116, 2009.

GALVÃO, Nadielli Maria dos Santos; MIRANDA, Luiz Carlos. Participação e evidenciação de atletas nos demonstrativos contábeis de clubes de futebol brasileiro. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 6, n. 1, p. 112-131, 2016.

GELBCKE, Ernesto Rubens et al. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo, Atlas, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social, Atlas: São Paulo, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRED, Michael F. Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, p. 277-297, 1999.

HENRY, Ian; LEE, Ping Chao. Governance and ethics in sport. The business of sport management, p. 25-41, 2004.

HOLANDA, Allan Pinheiro et al. Determinantes do nível de *disclosure* em clubes brasileiros de futebol. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 17, n. 1, p. 2-17, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas. 2010.

LEITE, Duílio Uihôa; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. *Disclosure* de ativo intangível: um estudo dos clubes de futebol brasileiros. Enfoque: reflexão contábil, v. 33, n. 1, p. 89-104, 2014.

MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro; DA COSTA CARDOSO, Vanessa Ingrid; PONTE, Vera Maria Rodrigues. Práticas de *disclosure* do ativo intangível em clubes de futebol. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 4, n. 1, 2013.

MAYER, Rafael. A evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias: um estudo em clubes de futebol brasileiros. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2017.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. Metodologia do Trabalho Científico – Teoria e Prática. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. NBC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020

PEREIRA, A. G. C. et al. Eficiência técnica e diferenciação dos desempenhos em campo e econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. In: XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Anais, p. 9, Natal, 2014.

PEREIRA, Rodrigo Azambuja. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PERRUCCI, Felipe Falcone. Clube-empresa: o modelo brasileiro para transformação dos clubes de futebol em sociedades empresárias. 2006. 288 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito Milton Campos, Minas Gerais, 2006.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flavia Zóboli; SALGADO, André Luiz. Nível de *disclosure* das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 13, n. 2, 2010.

SANTOS, Luiz Marcelo Vídero Vieira. A evolução da gestão no futebol brasileiro. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Faculdade Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2002.

SEGAL, Emily Andrade; PRADO, Thiago Alberto dos Reis.; DA SILVA, Marli Auxiliadora. NBC ITG 2003-Um estudo sobre a evidenciação de informações relacionadas a atletas nas demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros no ano de 2013. In: Anais do I Congresso UFU de Contabilidade. 2015. p. 1-18.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Hígor Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2009.

SILVESTRE, Adalene Olívia; PEREIRA, Fernando Andrade; EL KHATIB, Ahmed Sameer. Auditoria Independente: Um Estudo Sobre O Conteúdo Dos Relatórios Das Demonstrações Contábeis Dos Clubes De Futebol Brasileiros. Revista de Contabilidade & Controladoria, v. 8, n. 2, 2016.

UMBELINO, Wagner Lemos et al. *Disclosure* em Clubes de Futebol: Estudo sobre os Reflexos da Lei do PROFUT. Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 7, n. 1, p. 112-132, 2019.